



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PRIMEIRA CÂMARA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

**Registro: 2012.0000068930**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0030845-74.2007.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é apelante ENEIDA FIGUEIREDO sendo apelado O JUÍZO.

**ACORDAM**, em 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso, nos termos que constarão do acórdão. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores RUI CASCALDI (Presidente sem voto), LUIZ ANTONIO DE GODOY E CLAUDIO GODOY.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2012.

**Daniela Menegatti Milano**  
**RELATORA**  
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PRIMEIRA CÂMARA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

APELAÇÃO CÍVEL

Processo nº 0030845-74.2007

Apelante: **ENEIDA FIGUEIREDO**

Juiz de Primeira Instância: Mauricio Fiorito

Comarca: São Paulo

**Voto nº 299**

Extinção do processo sem julgamento de mérito. Cumprimento de Testamento. Procedimento de jurisdição voluntária. Extinção do processo afastada. Recurso provido.

Cuida-se de recurso de apelação interposto contra a sentença de fls. 46/48, proferida em ação de cumprimento de testamento, que julgou extinto o processo sem julgamento de mérito, por ausência de documento indispensável, por não ter sido atribuído valor à causa; e por não terem comparecido à audiência as testemunhas do testamento para serem inquiridas.

Sustenta o recorrente, em sua irresignação, que se trata de jurisdição voluntária, que não houve prejuízo e que por equívoco juntou duas vezes a certidão de óbito aos autos do inventário deixando de juntá-la a estes autos e que as



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PRIMEIRA CÂMARA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

testemunhas não foram intimadas para comparecer à audiência. Pede seja dado provimento ao recurso.

A Procuradoria de Justiça opinou pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

O processo foi extinto sem julgamento de mérito por falta de juntada de certidão de óbito do falecido, providência determinada há mais de ano pelo juízo; pela ausência das testemunhas à audiência e por falta de atribuição de valor à causa.

Conforme lição de Humberto Theodoro Júnior *o procedimento de jurisdição voluntária é instalado no pressuposto de inexistência de litígio a compor. Por isso, a intervenção do juiz se passa no plano administrativo e não jurisdicional. E, referindo-se, ao cumprimento dos testamentos ensina que o procedimento de jurisdição voluntária a respeito da matéria é muito singelo e destina-se a conhecer a declaração de última vontade do morto, verificar a regularidade formal do testamento e ordenar seu cumprimento.* (Curso de Direito Processual Civil, vol. III, 38ª ed., Ed. Forense, 2007, p. 380 e 406).

Assim sendo, tratando-se de jurisdição voluntária, o fato de não ser promovido o andamento do processo



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PRIMEIRA CÂMARA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

deveria implicar apenas em remessa ao arquivo, aguardando-se novo impulso processual pelo interessado, aliás, conforme havia sido determinado pelo juízo em ocasião anterior. Não é cabível a extinção do processo sem julgamento do mérito nesta hipótese dos autos.

Ante o exposto, **DÁ-SE PROVIMENTO** ao recurso para afastar a extinção do processo, determinando-se o regular processamento da ação ou, se inerte a autora, a remessa dos autos ao arquivo aguardando-se eventual impulso processual.

DANIELA MENEGATTI MILANO  
Juíza Relatora